

BOICOTE E XENOFOBIA NAS PRÁTICAS EDITORIAIS (1893-1897)

Armando Gens (UERJ/UFRJ) ¹

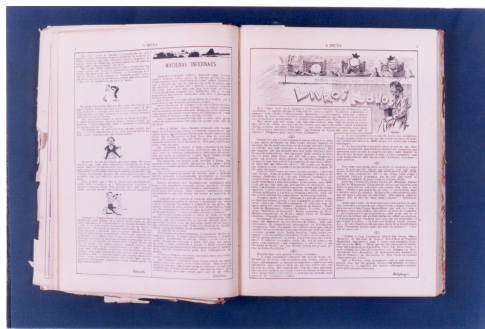
Resumo: Em campo literário brasileiro, nas últimas décadas do século XIX, o processo de legitimação do ofício de escritor desencadeou a necessidade de se colocar sob exame as práticas editoriais vigentes, bem como incitou a classe em formação tomar uma atitude combativa diante de uma política que se mostrava refratária à produção nacional. Isso posto, a partir do exame das crônicas estampadas em *O Álbum*, de Artur Azevedo, e das seções “Carrilhão da Bruxa” e “Livros Novos” do hebdomadário *A Bruxa*, de Olavo Bilac e Julião Machado, esta comunicação apresenta e discute perfis e práticas editoriais com base em relações, contratos e pactos existentes entre editores e escritores que participaram da cena gráfico-literária brasileira situada entre 1880e 1890.

Palavras-chave: Editores, Editoras, Práticas editoriais, Crônica literária

Introdução

Em campo literário brasileiro, nas últimas décadas do século XIX, o processo de legitimação do ofício de escritor desencadeou a necessidade de se colocar sob exame as práticas editoriais vigentes, bem como incitou a classe em formação tomar uma atitude de enfrentamento frente a uma política que se mostrava refratária à produção nacional. A rixa entre editores e autores pode ser recuperada, especialmente, nos periódicos da época, que, convertidos em uma espécie de tribuna livre, permitiram ao homem de letras sair da mudez para reclamar do sistema de edição e do comércio de livros. Sem dúvida, serão os jornais os mais potentes porta-vozes das reivindicações dos autores brasileiros, pois, através da crônica literária, exibiram em suas páginas a ira da classe, a precariedade dos contratos e o perfil do editor como vilão da história.

Um exemplo significativo sobre a situação do escritor nacional, na cena editorial brasileira, encontra-se nas páginas de **A Bruxa**, na seção intitulada “Livros Novos” que aparece, pela primeira vez, no n. 10, referente a abril de 1896:



“Livros Novos”: seção porta-voz de escritores

¹ Armando Gens

Professor de Literatura Brasileira da Faculdade de Formação de Professores (UERJ)

Professor de Faculdade de Educação (UFRJ)

armandogens@uol.com.br

Nesta seção, assinada por Belphegor (pseudônimo de Olavo Bilac), a casa Laemmert foi duramente crítica pelo cronista literário que não mediu palavras para denunciar as dinâmicas da editora e o tratamento diferenciado que ela dispensava aos escritores. Com severidade, o cronista referiu-se à casa editora não como espaço de reunião e abrigo, mas como espaço de desabrigo, exclusão e exploração. Belphegor, em seu indignado discurso, deixando levar-se pela indignação, não hesitou em ofender o editor, como também expressou às claras o preconceito anti-semita:

Quero, antes de cuidar dos cinco ou seis volumes que aqui tenho sobre a mesa, deixem-me chamar as contas um editor! Um editor! — esse bicho impassível e astucioso, essa raposa de sobrecasaca, esse judeu disfarçado... Que homem de letras não ama dizer mal do editor? Chegue-se para aqui a Casa Laemmert! (A BRUXA, 1896. p.7)

O ajuste de contas com o editor, afinal, tinha suas razões. Primeiro, a Casa Laemmert, também livraria, só dava espaço às traduções de romances estrangeiros em sua coleção econômica comercializadas ao preço de 1\$000. Tratava-se de puro chamariz para atrair o público que ali acorria para disputar cada novo volume da coleção. Depois, segundo o depoimento do cronista, a casa fazia propaganda em jornais, anunciando o lançamento da seguinte forma: "Mais um bom serviço acaba de prestar a Casa Laemmert às letras nacionais..." (IBIDEM). Foram estes termos que desencadearam a ira do autor da seção "Livros Novos" e o levaram a compor uma radiografia do sistema de uma das mais importantes casas editoras do Rio de Janeiro. Ao romper a barreira da opacidade que, de modo geral, protegia e protege os sistemas comerciais, denunciou, então, Belphegor:

Vejamos agora de que natureza é o grande serviço que, nos dizem nos jornais, presta a Casa Laemmert às letras brasileiras com sua coleção econômica. A coleção tem até agora publicados nove volumes: Tartarin, de Daudet; Pedro e João, de Maupassant; Panine, de Ohnet; O Sonho, de Zola; Sórora Filomena, de Goncourt; Médico Assassino, de Feré; Milhões Vergonhosos, de Malot; Amigo Fritz, de Erckman-Chatrian; Vogando, de Maupassant.

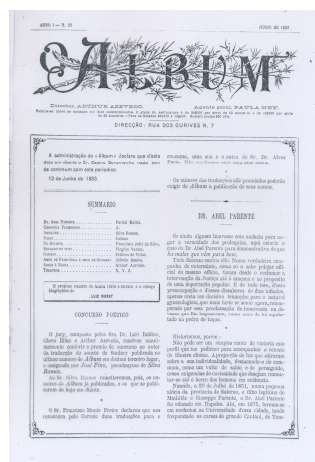
Meditemos. Os nove autores são estrangeiros. Os nove volumes são impressos na Casa Pereira em Lisboa, uma casa estrangeira. Os compositores, estrangeiros. Os brochadores, estrangeiros, tudo estrangeiro. Só o público sôrna que compra aqueles livros traduzidos para uma língua que pode ser tudo: cassange, abexim, turca, bunda, japonesa — tudo, menos portuguesa, — só o público é brasileiro. [...] A coleção econômica ainda não deu de comer a um autor, a um tradutor, a um compositor, a um revisor, a um brochador do Brasil.(IBIDEM)

Entrando em contato com tal prática empregada no campo editorial, nas últimas décadas do século XIX, não se pode acusar o cronista de xenófobo, uma vez que a referida casa editora não investia nem nos autores nem na mão-de-obra da indústria gráfica do país, instaurando uma política econômica que, no final das contas, redundava em lucro apenas para a editora de propriedade estrangeira. Revela Belphegor que o escritor nacional não era o único a sair perdendo, pois os autores estrangeiros também eram prejudicados, não só pela qualidade sofrível das traduções de suas respectivas obras assinadas por mãos inexperientes, mas também porque nada recebiam pelas vendas. Por tal motivo, declara o

autor do artigo que: "a Fortuna corre fartamente com seus favores à grande casa, que tão grande serviço tem prestado às letras nacionais e... à algibeira dos autores estrangeiros prejudicados pela pirataria literária" (IBIDEM).

Pirataria literária e boicote pareciam ser as estratégias utilizadas pela casa Laemmert na óptica do articulista. Acusando-a de atos de rapina e de prostituição das obras de arte, Belphegor, ainda, através da estatística, mostrava que a Casa, para os nove livros da coleção econômica e "os volumes do **Novo Secretário Luso-Brasileiro**, do **Mensageiro dos Amantes**, da **Arte da Dança** e do **Dicionário do Bom Gosto**" (IBIDEM), editara dois livros de autores nacionais: **Várias Histórias** (1896), de Machado de Assis, e **Bric-à-Brac** (1896), de Valentim Magalhães. Os livros que foram impressos no Brasil, mas custaram três vezes mais que cada exemplar da coleção econômica, contrariando a idéia de que o livro, enquanto produto confeccionado em terra nacional, teria o custo reduzido. Como se vê, a irritação de Belphegor reveste-se de pertinência, uma vez que o comércio de livros de autores franceses era algo de causar espanto. Na radiografia do sistema da casa Laemmert, ficou patente o caráter combalido do contexto editorial brasileiro que, entregue em mãos estrangeiras, ávidas para construir fortuna, manipulava leitores pouco exigentes e explorava autores sedentos de um visto de entrada para o mundo das letras.

A dinâmica das práticas editoriais mostrava-se, também perceptível, em notas fúnebres. Nas páginas de **O Álbum**, no n. 41, referente a outubro de 1893, registrara-se a notícia de falecimento de Garnier. O jornalista responsável pela nota não perdeu a oportunidade e acusou o editor e livreiro de ter constituído fortuna graças às numerosas edições de Júlio Verne. Ataques, revoltas e ressentimentos iam minando uma relação comercial e, ao mesmo tempo, denunciavam a condição do autor brasileiro no espaço das editoras que, à época, preocupavam-se mais em editar livros didáticos e obras jurídicas, como atesta a declaração de Cosimo, nas folhas de **O Álbum**, em janeiro de 1893. Seguindo o cronista na análise do espaço editorial fluminense, conclui-se que, diante do retraimento deste espaço, romancistas, comediógrafos, críticos e poetas ficaram sem leitores e sem editores, fato que concorreu para a escassez de trabalhos literários e para o êxodo dos escritores para outras áreas de atuação que, no dizer do jornalista, se não eram gloriosas, por certo mais alimentícias.



Páginas de resistência

A grita de Cosimo não parou. O ajuste de contas foi para valer e de novo veio à cena a questão econômica, quando disse que o editor de José de Alencar e de Machado de Assis estava milionário, mas que o autor de **Cinco Minutos** (1860) teria sucumbido caso houvesse vivido exclusivamente de literatura. Através do depoimento do cronista, pode-se comprovar o quão difícil fora para os homens de letras garantirem o sustento através da palavra escrita. Então, por debaixo de uma cena literária tida como ruidosa, extravagante, recortada pelo riso fácil e pela blague, havia uma outra, decerto muito penosa e desgastante, pois, na medida em que a profissão, homem de letras, não apresentava segurança, empurrava o escritor para os caminhos da "cavação" ou do serviço público, se quisesse continuar em espaço literário.

Empenhados na luta pela profissionalização do ofício e pelo sustento, era bastante natural que os escritores batessem de frente com a política adotada pelas editoras, principalmente, as que pertenciam a estrangeiros. O sentimento xenófobo imperava entre os escritores nacionais, não só pelo boicote das editoras, mas também pelo descaso dos leitores e da crítica em relação ao produto literário brasileiro.

Depoimentos divergentes

Contudo, se a insatisfação da maioria dos autores nacionais decorria das práticas editoriais que boicotavam as produções brasileiras, tal descontentamento não parece ter sido vivenciado por Machado de Assis, como bem atesta a crônica que assinou na *Gazeta de Notícias*, em oito de outubro de 1893, por ocasião da morte do livreiro e editor Garnier. Em direção oposta à nota fúnebre publicada em **O Álbum**, o autor de **A Mão e a Luva** traça um perfil bastante positivo do livreiro.

A verdade é que Machado de Assis manteve com Garnier uma relação de aproximadamente 20 anos. Publicou pela importante casa editora: **Crisálidas** (1864), **Contos Fluminenses** (1870), **Falenas** (1870), **Ressurreição** (1872), **Dom Casmurro** (1899), **Poesias Completas** (1901), entre outras tantas obras. Então, era natural que a Garnier fosse por ele concebida como espaço de acolhimento. A crônica, em alguns trechos, dá a entender que Machado de Assis procurava oferecer uma outra face de Garnier frente aos autores que o abominavam. Na tentativa de minimizar os ataques desferidos à linha editorial de Garnier, ponderou o cronista que o editor fez "custosas edições" (ASSIS, 1962. p.653) de obras jurídicas e escolares, mas que, também, editou obras literárias de escritores nacionais, como José de Alencar, Macedo e Bernardo Guimarães, omitindo o próprio nome, numa atitude de falsa modéstia. Neste ponto, a crônica de Machado de Assis pode bem funcionar como uma resposta, em tempo certo, ao texto publicado em **O Álbum**, em janeiro de 1893, quando o jornalista ressentia-se pelo fato de os editores darem a lume obras jurídicas ou didáticas. Machado pega o argumento que seria uma tônica e aproveita a ocasião para desmentir que Garnier não dava espaço aos autores nacionais. Há que se levar em consideração, contudo, a natureza das declarações de Machado de Assis, pois eram evidentes as relações que mantinha com a editora. Afinal, Garnier era o editor de suas obras, portanto, não caberia voltar as costas a quem lhe deu visibilidade na cena literária nacional. A crônica de Machado de Assis se, por um lado, retoca o retrato de Garnier, por outro, nas entrelinhas, pretende demonstrar com sutilezas que todo o esforço de Garnier não

lhe rendeu nenhum proveito pessoal e como qualquer mortal acabou encerrado em uma "sepultura perpétua" (IBIDEM).

Porém, nem todas as editoras barravam os autores nacionais. E, quando uma editora marcava-se por uma linha editorial receptiva à produção literária nacional, o colunista literário não continha sua verve e espalhava aos quatro cantos a exceção. Tal ocorreu com a Livraria Moderna, de propriedade do Sr. Magalhães e C., estabelecida no Rio de Janeiro. Nas folhas de **O Álbum**, em setembro de 1893, o elogio corria solto às atividades dessa editora "literária por excelência" (p. 282). Fica claro, diante do encomiástico artigo, que publicar obras literárias brasileiras merecia uma comemoração, já que tal empreendimento soava àquela época como uma "intrepidez até hoje desconhecida em terras de Santa Cruz" (IBIDEM). O mesmo artigo alardeava, de modo escandaloso, que a editora havia lançado naquela semana três obras de valor: **Celeste**, romance de Délia; **Blocos**, contos e fantasias de Isaías Oliveira e **Broquéis**, versos de Cruz e Sousa. Acrescentava que, no prelo, estavam a **Sogra**, de Aluísio Azevedo, as **Estrofes**, de Fontoura Xavier e as **Rimas de Outono**, de Afonso Celso. Por fim, alfinetando Garnier com o pedido de que ele se enforcasse, o cronista apregoava que muitas outras obras literárias brasileiras seriam sucessivamente publicadas, já que o editor teria firmado contrato com os seus respectivos autores

Conclusão

Para finalizar a descrição das práticas editoriais correntes, em um Brasil de final de século, colheu-se, nas páginas **A Bruxa**, uma crônica de 1897, onde o cronista literário, Olavo Bilac, em meio aos comentários sobre a inauguração de uma estátua do autor de **O Guarani** (1857), trouxe dois exemplos a público, para exemplificar de que modo se realizavam os contratos entre escritores e editores. No primeiro exemplo frisava a exploração sofrida por Aluísio Azevedo, ao assinar um contrato com a casa Garnier. Ao sentir-se prejudicado, "num abençoado momento de desespero, sacudiu o prego" (A BRUXA, 1897. p. 2) e recorreu à justiça. No segundo, apresentava um poeta — de identidade não revelada — que, necessitando de dinheiro, vendeu, em 1894, a um editor — também não nomeado pelo cronista — um livro de poemas por 400\$000 e que, até 1897, ainda não tinha vindo a lume. Reclamava, então, o autor da crônica que não havia leis de proteção ao poeta que, impedido de vender o livro para futuras edições, não tinha direito a ser indenizado pelos danos causados pelo editor que detinha todos os poderes sobre a obra que adquirira. As denúncias feitas pelo cronista Olavo Bilac ilustram a situação periclitante do escritor nacional, em quase completo desamparo legal.

Compreensíveis ficam, então, os elogios com que se brindavam as editoras que abriam suas portas para o homem de letras brasileiro e o conduziam às vitrines ou mostradores das poucas livrarias. Era uma oportunidade que não poderia ser desperdiçada pela maioria dos escritores brasileiros, impelida a ficar no anonimato. As práticas utilizadas pelo mercado editorial colocavam vários entraves à trajetória do escritor, enquanto profissão. Os entraves consistiam em: uma política editorial que alimentava o mercado com traduções de obras de autores estrangeiros; uma prática na qual estrangeiros detinham a propriedade de editoras e livrarias; uma modalidade de contrato em que o editor acabava detendo todos os direitos sobre a obra; uma dinâmica em que o editor, também proprietário

de livraria, tornava-se responsável pelo comércio de livros, tendo, assim, maior poder de decisão e de imposição sobre o mercado e os consumidores; e, por fim, umas tantas unilateralidades das práticas que mantinham o escritor quase sempre a descoberto.

Com base no contexto descrito, eram façanhas dignas de nota ter o contrato respeitado e ser editado por uma das poucas casas editoras. Verifica-se que a história da profissionalização do ofício de escritor, em um Brasil finessecular, começou a ser escrita nas colunas literárias, pelos escritores, dublês de cronistas, que não permitiram que suas penas se intimidassem diante do boicote à literatura e aos autores brasileiros. Nas crônicas, as relações entre autor e editor ou editor e autor oscilavam entre cordialidade e de forma que as editoras ora se apresentassem como espaços acolhedores, ora como infernais. Nestas mesmas crônicas, a dimensão econômica não emudecia, bem como eram denunciadas as parcialidades dos contratos entre editor e escritor, destruindo a falsa idéia de que o livro se fazia por si só e de que os autores passavam ao largo das questões pecuniárias e trabalhistas.

Referências bibliográficas

ÁLBUM (O). Rio de Janeiro, n. 41, 1893.

_____. Rio de Janeiro, n.25, 1893.

ASSIS, Machado de. *Obra completa*. Rio de Janeiro: Aguilar, 1962.v.II.

BRUXA (A). Rio de Janeiro, n.10, 1896.

_____. Rio de Janeiro, n. 16, 1986.

_____. Rio de Janeiro, n. 47, 1987.

DIMAS, Antonio. *Bilac, o jornalista*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo, Editora da Unicamp, 2006.

ESTAÇÃO (A), Rio de Janeiro, n.7, 1888.

GENS FILHO, Armando Ferreira. *Visibilidade e espacialidade: poetas, poemas, livros, jornais e centro culturais entre 1870 e 1900*. 1999. 357f. Tese (Doutorado em Literatura Brasileira – Universidade de São Paulo, Faculdade de Letras, São Paulo, 1999.

SODRÉ, Nelson Werneck. *História da imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966. Col. Retratos do Brasil; v.51